

RELACIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ARARAQUARA E O SETOR AGRÍCOLA DA REGIÃO.

Eduardo Bouçós Xavier¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como se encontra a relação da administração pública de Araraquara com o setor agrícola da região, tentando analisar o relacionamento entre os diversos atores políticos existentes. O corte temporal feito foi do ano de 2007 até o ano de 2010 e tenta enfocar como a administração pública em dois governos distintos se portou frente às demandas do setor que representa a maior parte das atividades econômicas realizada no município. Inicialmente está se dando enfoque a relação entre o sindicato rural e a esfera pública devido ao fato que o projeto iniciou-se recentemente, mas o objetivo principal é analisar como o sindicato dos trabalhadores rurais e os próprios trabalhadores vêm se portando ao longo desses anos no que se refere às atividades agrícolas, onde estes em alguns eventos se mobilizaram para exigir melhorias para a classe tanto no que se refere a questão salarial, quanto ao cumprimento da legislação trabalhista vigente. Até o presente momento o que se pode constatar é um possível desinteresse por parte do poder executivo local, uma vez que este tendo consciência da importância do setor agrícola na região não se importou em estabelecer uma secretaria destinada a tratar especialmente do setor como forma de construir uma relação mais forte entre a esfera do poder público e os membros setor agrícola de Araraquara. Infelizmente o presente projeto está dando seus primeiros passos, porém já pode identificar pontos importantes referentes a temática tratada como a falta de uma relação mais íntima entre os atores estudados.

Palavras-Chave: Agricultura; Administração Pública; Setor Agrícola.

¹ Aluno do Curso de graduação em Administração Pública da faculdade UNESP, Campus de Araraquara.
<www.fclar.unesp.br.>

Introdução

A formulação e implementação de políticas públicas no Brasil como também em outros países consiste em uma seqüência de ações que se inicia na entrada do assunto em questão na agenda política do Estado, até o momento da implementação da política pública já formulada, seu acompanhamento e preferencialmente um momento de avaliação para tornar-se possível mensurar os resultados e impactos desta nova política pública no grupo alvo a qual esta foi pensada e comparar as previsões feitas com a realidade. Vale mencionar que a etapa de avaliação é a área da política pública que mais tem se desenvolvido nos últimos tempos (Saraiva,2006).

Como se sabe durante o processo de entrada na agenda política e formulação de uma determinada política, existem inúmeros grupos de interesse que exercem pressões aos atores políticos, no caso focando o policy maker que será o responsável pela concepção final da nova política, e estes se utilizam de seus poderes frente aos atores políticos para que suas demandas sejam atendidas de maneira tal que estes são favorecidos e não prejudicados pelo Estado. A ultima afirmação pode ser contestada uma vez que existem situações que por serem contrárias ao bem estar geral da sociedade, os objetivos de um determinado grupo não pode sobrepujar os demais, porém devido a seu poder dentro da arena política este pode adotar uma estratégia de tentar apenas amenizar as conseqüências que a suposta nova política pública ira trazer a tona. Exemplo que domina o cenário mundial são as discussões ambientais que por mais que seja algo necessário fechar certos ramos industriais, a realidade nos mostra no momento que as grandes indústrias possuem em suas mãos grande influência sobre a economia global e, portanto, seria algo imprudente não avaliar os custos benefícios não só ambientais, mas também nas esferas econômicas e sociais.

Tendo em vista tal concepção na análise da formulação da política pública no Brasil, não foi de se admirar a preocupação de diversos autores em identificar os principais grupos de interesse que exercem pressões significativas frente ao Estado e como estes se comportam entre si e frente à sociedade. Sabe-se que grupos diferentes tendem a não ter interesses iguais, portanto um conflito de prioridade existe em muitos casos e deve-se entender nesse momento como o Estado age, podendo atuar de maneira a privilegiar um grupo e excluir da arena política os demais, ou então exercer um papel intermediário entre ambos com a finalidade de amenizar conflitos e gerar ganhos sociais para todos os envolvidos perante a nova política pública.

Um fenômeno que assume considerável importância ao se tratar da formulação da agenda do Estado no regime democrático em que o Brasil vive é o denominado “ciclos políticos”. Esse fenômeno não ocorre em diversos países no mundo e é bem definido pela autora Tânia Marta Maia Fialho em seu artigo para a revista de Economia Política, quando argumenta que para exercer vantagem política durante o período eleitoral os dirigentes políticos se esforçam em criar condições econômicas favoráveis no período para assim passarem uma boa imagem a seus eleitores, enquanto que após as eleições o que se nota é um aumento no nível geral de preços da economia o que é rapidamente remediado por novas políticas macroeconômicas restritivas e anti-inflacionárias (Fialho, 1999). Os representantes do executivo se aproveitam de suas posições privilegiadas dentro do Estado para realizar “manobras” dentro da sociedade para que a população se incline a votar nos partidos que estes apóiam, tais como aumento do número de empregos ou em obras sócias como em outras atitudes que serviriam para aumentar o prestígio do governo. O grande problema desse fenômeno é que ocorre por meio de flutuações e acaba em alguns casos por fazer com que a população vote em representantes que muitas vezes não são a melhor escolha em uma perspectiva de longo prazo, porém como muitos eleitores apenas tomam ciência em acompanhar os processos políticos quando se aproxima os períodos eleitorais tal fenômeno no Brasil ainda persiste de maneira marcante.

Tais políticas que o governo tem obrigação por elaborar e implementar para que a sociedade tenha suas necessidades atendidas acabam por serem elaboradas para atender não só o bem-estar geral, mas também aos diversos grupos de interesse que procuram sempre que seus objetivos sejam contemplados e atendidos pelos policy makers. Tratando desse ponto vemos que na sociedade em que vivemos os grupos de interesse não se limitam a apenas poucos grupos singulares, mas sim uma gama de diversos atores que possuem poder variado frente aos governantes. Como muitos sabemos as grandes corporações possuem grande poder econômico e geralmente tendem a exercer grande influência frente ao governo por se agruparem de maneira mais eficaz que grupos sociais, tais como os sindicatos ou frentes populares. Isso foi visto durante o período da República Velha onde a atitude do Estado foi agir a favor dos interesses oligárquicos, particularmente, daqueles ligados à economia cafeeira (Boshi, 1991). Durante a fase de nascimento e amadurecimento dos movimentos sindicais das camadas populares, as grandes corporações que além de deter um poder econômico superior, posição mais favorecida frente ao governo, também contavam com uma maior

eficiência em se unirem para conquistar seus objetivos enquanto que os movimentos operários por exemplo ainda se encontravam em um processo de elaboração de como agir para que suas necessidades fossem atendidas.

Ao longo dos anos o movimento sindical se deparou com inúmeros desafios frente a seus principais objetivos, um dos mais importantes seria o da idéia de se reduzir custos na produção a qualquer custo, e para atender tal meta a mão-de-obra está sendo constantemente substituída por maquinas e novas formas de organização da produção, pode-se também notar o aumento do número de trabalhadores informais que por não possuírem nenhum vínculo empregatício com as empresas acabam por proporcionar aos empregadores uma mão-de-obra consideravelmente mais econômica, capaz de realizar o mesmo trabalho que um empregado vinculado a empresa faria. Com tais dificuldades o movimento sindical nos dias atuais não luta por um maior número de empregos como em tempos passados, mas sim em assegurar para seus membros seus atuais postos de trabalho já que vivem constantemente conscientes que podem ser substituídos por uma maquina ou apenas serem dispensados pela justificativa de não serem mais necessários ao funcionamento da empresa devido à reformulação da organização dos trabalhos para realizar as tarefas necessárias ao funcionamento da empresa. Como Huw Beynon afirma em sua obra, os trabalhadores estão sofrendo com a nova temática do mercado de trabalho no mundo globalizado que fornece às empresas a oportunidade de buscar meios mais eficientes de obterem altas margens de lucros instalando novas fabricas em países muitas vezes subdesenvolvidos onde os custos operacionais são muito menores do que de seus países de origem que, por estarem no patamar de países de primeiro mundo, possuem altos índices de custo e tendem a se tornarem locais de baixo interesse para as grandes indústrias (SANTANA; RAMALHO, 2003).

Tentando aumentar o foco sobre um determinado ator dentro da sociedade brasileira, nos voltamos ao setor agrícola que nos últimos anos tem mostrado ocupar uma posição estratégica na economia brasileira, uma vez que além de oferecer alimentos e matéria-prima agrícola para suprir o mercado interno, também é grande responsável pelo aumento das exportações no país (Rezende, 2006). Tendo em mente seu papel de extrema importância frente à economia brasileira, devemos pensar como seus membros atuam perante a arena política brasileira.

Possivelmente um dos setores que mais sofreram perdas em relação ao número de trabalhadores com os novos adventos tecnológicos foi o setor agrícola, porém no Brasil vemos que além do advento tecnológico, a Legislação Trabalhista Brasileira

também representou grande agravante ao problema que os trabalhadores rurais enfrentaram nos últimos anos. Devido ao grande número de exigências postulado pelas políticas trabalhistas voltadas ao setor agrícola, o custo unitário por mão-de-obra se tornou prejudicial na relação custo benefício aos empregadores, porém aos empregados a sensação foi que recebiam pouco ou até menos que antes. As grandes indústrias dentro do Brasil sofreram duros entraves por parte de seus trabalhadores rurais quando estes insatisfeitos com a situação em que viviam decidiram entrar em greve, o que acabou por gerar grandes perdas aos setores industriais que operam com base em insumos agrícolas, já que estes estão à mercê da sazonalidade da agricultura para operarem e não podem deixar de realizarem a colheita no momento certo para a sua produção. Talvez o melhor exemplo seja o das indústrias brasileiras de produção de álcool e açúcar que ao possuírem grandes áreas de plantio do insumo necessário para suas operações, ficaram vulneráveis e se viram obrigados a atender as exigências de seus funcionários quando estes decidiram entrar em greve no momento da colheita. Como foi de se esperar tais atitudes apenas incentivaram aos grandes proprietários de terra por optarem em aumentarem a taxa de mecanização de suas plantações e tentarem depender cada vez menos da mão-de-obra própria do setor.

Para agravar mais ainda a discussão o Estado por meio de suas políticas públicas coloca o “turmeiro”, que seria o intermediário entre o empregador e uma mão-de-obra temporária que por sua natureza não teria um vínculo empregatício registrado por lei, como ator ilegal dentro da sociedade, chegando a noticiar como trabalho escravo os locais que se utilizarem de tais meios para operarem sendo que são os altos custos que o governo impôs aos empregadores e a baixa renda que os empregados recebem que gerou tal necessidade de encontrar maneiras de contornar o sistema.

Com o passar dos anos o setor agrícola que poderia ser responsável por absorver grande parte da mão-de-obra não qualificada do país, evitar as grandes migrações para os principais centros urbanos como São Paulo ou Rio de Janeiro, e ainda proporcionar um crescimento econômico de cidades de pequeno e médio porte de maneira significativa acaba por aumentar os níveis de pobreza de seus membros e assim diminuindo seu poder de representação política no Estado. Vale mencionar que as possíveis conquistas que o setor agrícola poderia estar gerando se estivesse estruturado no Brasil de outra maneira seria de suma importância para o desenvolvimento sustentável.

Direcionando o foco sobre a região de Araraquara vemos que nela existem grandes áreas do setor agrícola e podemos notar que seus membros estão passando por processos semelhantes aos citados anteriormente como foi o caso de 280 trabalhadores rurais, empregados na Usina Tamoio, que entraram em greve no ano de 2009 após determinados conflitos com seus empregadores (Porto, 2009). Esse caso nos mostra que apesar de diversos estudos alegarem que os trabalhadores agrícolas podem ter perdido grande número de seus membros e assim seu sindicato possa ter sofrido uma perda no poder de negociação frente ao setor como um todo ao longo dos anos, seus remanescentes não ignoram as conquistas do passado e tentam cada vez mais obter melhores condições de vida para aqueles que dia a dia seguem com sua profissão mesmo com os inúmeros empecilhos que o setor sofre.

Com o intuito de delimitar o foco do presente trabalho, o objeto de estudo será compreender os movimentos sindicais por parte do setor agrícola nos últimos quatro anos e como respectivamente a administração pública municipal de Araraquara se portou as exigências destes. Fator importante é a mudança do poder executivo na região após as eleições ocorridas em 2008, o que irá permitir estudar as mudanças por parte da administração pública em relação ao público alvo do presente projeto.

Objetivo Geral

O caráter prioritário desse projeto é analisar como a mobilização sindical dos trabalhadores agrícolas das regiões de Araraquara se portaram na arena política durante os anos de 2007 a 2010. Para melhor entendimento será priorizado analisar também como a administração pública municipal das referentes regiões tem se portado em relação ao setor agrícola.

Objetivos Específicos

- Identificar os principais membros envolvidos na área do setor agrícola no que tange as questões de disputa e influência na arena política municipal.
- Analisar o desenvolvimento dos atores identificados nos últimos anos tentando estabelecer as causas para a diminuição ou aumento de sua representatividade
- Analisar o comportamento dos atores na arena política durante o governo anterior e como estão se portando frente à nova administração municipal

- Estudar o relacionamento dos trabalhadores agrícolas de maneira organizada frente a formulação de novas políticas públicas e do atendimento de determinadas exigências
- Gerar dados sólidos para pesquisas futuras sobre o assunto tendo em mente determinar o grau de representatividade e influência sobre decisões políticas dos trabalhadores agrícolas e os grandes proprietários de terra (nesse caso estamos falando também das indústrias)

Justificativa

O setor agrícola ao longo dos últimos anos tem se mostrado grande responsável pelo desenvolvimento econômico que o país vem presenciado, ao mesmo tempo em que é constantemente alvo de inúmeros conflitos devido à reforma agrária e outros fatores que ao longo dos anos intensificaram o conflito entre proprietários de terra e a suposta mão-de-obra agrícola.

Sendo um setor de grande preocupação no Brasil, deve-se procurar entender a ligação de seus membros com o restante da sociedade, enfocando como é sua relação frente ao Estado democrático em que vivemos e o grau de interação deste em atender as demandas sociais tanto das empresas, mas em particular de seus trabalhadores.

Uma vez que é clara sua importância de estudo, torna-se necessário analisarmos como o Estado se porta frente ao assunto em questão. Assumindo que cada novo governo adota um ponto de vista e uma postura estratégica diferente de seus antecessores na grande maioria dos casos, fica claro que o tratamento entre o Estado e os demais setores irá sofrer algumas mudanças ao longo dos mandatos. Com este fato em mente e sabendo que a área agrícola representa importante área de estudo na sociedade brasileira fica mais que óbvio a relevância em se estudar como está se portando o Estado e o setor rural desde que a administração pública foi renovada nas regiões anteriormente citadas.

Exergando certos limites de pesquisa o projeto torna-se viável por limitar uma área de pesquisa de relevante proximidade, porém com vasto conteúdo para análise além de contar com conhecimento sobre o assunto por parte do orientador do projeto e tempo vasto de dedicação ao projeto por parte do orientando para a realização do estudo e coleta de dados.

Metodologia

Para não se realizar um estudo sem conteúdo acadêmico, no momento inicial será realizado uma revisão aprofundada do assunto, a qual será vasta devido aos inúmeros estudos realizados ao longo dos anos sobre a agricultura brasileira, e tentara se focar em alguns casos bem sucedidos sobre estudos do mesmo tema ou mais proximamente semelhante possível para se usar como ponto de referencia ao longo dos estudos.

O projeto pretende ser feito com base em um estudo exploratório da região de Araraquara tentando obter dados quantitativos com os respectivos sindicatos envolvidos na temática estudada e a administração pública da região. Para se aprofundar o estudo serão acompanhadas algumas seções das câmaras municipais, ao mesmo tempo em que serão entrevistados tanto membros do governo que estão diretamente ligados com políticas publicas voltadas ao setor estudado, quanto aos trabalhadores em geral e representantes dos proprietários de terra da região tentando entender melhor a interação destes três atores uns com os outros.

Ao final da pesquisa será feito uma análise completa de todos os dados obtidos ao longo do processo e elaborado um relatório que demonstre o resultado da pesquisa de maneira coerente e fiel a realidade.

Cronograma

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
1º	XXXXX	XXXXX				
2º		XXXXX				
3º		XXXXX	XXXXX			
4º		XXXXX	XXXXX	XXXXX	XXXXX	
5º			XXXXX	XXXXX	XXXXX	
6º				XXXXX	XXXXX	XXXXX
7º					XXXXX	XXXXX

1º No primeiro momento será aprofundado o estudo bibliográfico referente ao assunto da pesquisa.

2º Junto as organizações envolvidas com o setor agrícola será levantado dados referente ao número de plantações, trabalhadores, empresas, sindicatos, novas políticas públicas em andamento, etc.

3º Aproximação com os membros diretamente ligados com o setor (trabalhadores, membros da administração pública e representantes de grandes indústrias ou sindicatos).

4º Acompanhamento de seções públicas que envolvam o setor rural das regiões.

5º Visita as áreas agrícolas para melhor compreensão do tipo de produção e mão-de-obra utilizada para o plantio e colheita dos insumos.

6º Análise dos efeitos sobre o setor como todo das novas políticas públicas acompanhadas e estudadas até o presente momento

7º Elaboração e entrega de um relatório final em forma de artigo acadêmico de iniciação científica.

Bibliografia:

FERRANTE, V. L. S. B. A Chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo (Tese de Livre-Docência). Araraquara, FCL/UNESP, 1992.

CAIRES, A. C. R. Nem tudo era doce no império do açúcar: vida, trabalho e lutas na usina Tamoio – 1917/1969 (Dissertação de Mestrado), Araraquara, FCL/UNESP, 1993.

BARONE, L. A. Revolta, conquista e solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos (Dissertação de Mestrado), Araraquara, FCL/UNESP, 1996.

_____ “Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo” in Ferrante. V.L. S. B. (org.) Retratos de Assentamentos, ano VI, no. 08, Araraquara, FCL/UNESP, 2000.

_____ Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária (Tese de Doutorado), Araraquara, FCL/UNESP, 2002.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARONE, L. A. “O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos”. Revista Reforma Agrária, no. 1, vol. 24, Campinas, ABRA, jan./abr.1994.

FERRANTE, V. L. S. B. e SILVA, M. A. M. “A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo”. Perspectivas – Revista de Ciências Sociais, vol. 11, São Paulo, EdUNESP, 1988.

GARCIA Junior, A. R. O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero: Universidade de Brasília e CNPq, 1989.

DURHAN, E. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo. Perspectiva, 1978.

RUMIN, C. Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana no município de Pacaembu/SP. Dissertação de Mestrado. PPG/Medicina Social/USP/Ribeirão Preto, 2004.

BAÚ, C. H. R. (2002) Pequenos produtores fornecedores de cana-de-açúcar na Região de Araraquara-SP: uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP. 137p.

FERREIRA JÚNIOR, A. C. (2002) Ações e políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio/SP. Monografia de Bacharelado em Geografia. Presidente Prudente, FCT/Unesp. 68p

ITESP – Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (2006). Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acessado em: 10 de abril de 2010.

ITESP – Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (2008). Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br>. Acessado em: 21 de março de 2010.

SOUZA, M. J. (2003) O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 238p.

SILVA, M. A. de M. (2005) Trabalho e trabalhadores na região do mar de cana e do rio de álcool. Agrária, n 2, p. 2-39.

STETTER, E. A. (2000) A cana nos assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada? Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP/FCLAR, Araraquara-SP. 146p

VIAN, C.E.F.; LIMA R. A. de S, Ferreira Filho & Joaquim B de S (2007); Estudo de Impacto Econômico (EIS) para o complexo agroindustrial canavieiro paulista: Desafios e agenda de pesquisa. Revista de Economia Agrícola, 54: 5-26

SARAIVA, E. "Introdução à Teoria da Política Pública". In Saravia, E. e Ferrarezi, E. (org.). Políticas Públicas: Coletânea. Brasília, Enap, 2006.

FIALHO, Tânia M.M. Ciclos Políticos: uma resenha. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 19, 2(74):131-149, abril-junho 1999.

REZENDE, G. C. Políticas trabalhista, fundiária e de crédito agrícola no Brasil: uma avaliação crítica. RER, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 01, p. 047-078, jan/mar 2006 .

PORTO, G. Trabalhadores fazem greve na Usina Tamoio, em São Paulo. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,trabalhadores-fazem-greve-na-usina-tamoio-em-sp,456713,0.htm>> Acessado em: 20 de janeiro de 2010.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (Org.). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003. 335 p.

BOSHI, R. R. (Org.) Corporativismo e Desigualdade. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/ IUPERJ, 1991